

A conta de energia e a armadilha da "meia-entrada"



» RICHARD HOCHSTETLER
Diretor regulatório do Instituto Acende Brasil

No Congresso, a prática é sedutora: parlamentares podem satisfazer suas bases eleitorais utilizando recursos paraíscais que não exigem as desgastantes e complexas negociações do orçamento público. O resultado é um sistema que beneficia os "especialistas" em detrimento dos "inocentes". Dada a prevalência da prática, a melhor estratégia individual passa a ser cada parlamentar brindar seus apoiadores com a própria "meia-entrada", o que retroalimenta o ciclo vicioso.

Mas os efeitos desses subsídios cruzados não são meramente distributivos; eles alteram os preços relativos e distorcem decisões econômicas. No lado da oferta, o modelo induz à implantação de usinas de fontes menos apropriadas para o perfil da demanda e localizadas longe dos centros de consumo, exigindo geração complementar e adequações da rede que elevam o custo final para todos.

No lado da demanda, a elevação das tarifas força consumidores — como grandes indústrias — a substituir a eletricidade por fontes mais caras, mas que saem mais baratas para a indústria por serem menos oneradas por encargos. No final, todos perdem: os sobrecustos resultantes dessas distorções elevam os custos agregados, gerando um preço médio superior ao que seria a "inteira" original.

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 100/2026, apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim, busca romper esse ciclo por meio de um "choque de gestão", a começar pela imposição de novas exigências para a concessão de subsídios custeados pela tarifa. A nova legislação exigiria que projetos de lei propondo novos benefícios passem a: (i) estimar o seu impacto tarifário; (ii) prever um prazo de vigência (evitando que

se eternizem); e (iii) estabelecer condicionantes para o recebimento do benefício.

A fim de conter o crescimento dos encargos, o PLP 100/2026 estabelece um limite global para os subsídios custeados pela tarifa. Mais importante, determina que o Poder Executivo: (i) realize uma análise técnica do custo-benefício de cada encargo existente; (ii) proponha prazo de vigência para cada benefício concedido; e (iii) formule um plano de retirada gradual das benesses que perderam sua razão de ser. Esse tipo de avaliação de custo-benefício tornar-se-ia uma prática recorrente, com revisões a cada quatro anos.

Além de disciplinar os subsídios, o projeto busca aprimorar a governança setorial, blindando a expansão do sistema elétrico de interferências, de modo que as decisões de investimento sejam balizadas unicamente por estudos técnicos e pela concorrência. Essa medida é crucial quando se constata o avanço de iniciativas legislativas que invadam as atribuições das autoridades técnicas responsáveis pelo planejamento do setor.

Por fim, o texto permite que a União ou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) solicitem o julgamento conjunto de ações judiciais idênticas que tratam de encargos setoriais por meio de uma Ação de Uniformização Setorial, conferindo maior agilidade, coerência e segurança jurídica aos litígios do setor.

Restaurar a modicidade tarifária exige coragem para enfrentar privilégios consolidados. O PLP 100/2026 propõe um caminho para que a energia elétrica — libertada dos encargos crescentes — deixe de ser um fardo para se tornar uma vantagem competitiva capaz de impulsionar a atividade econômica no país.

» CLAUDIO SALES
Presidente do Instituto Acende Brasil

O consumidor brasileiro convive com um paradoxo incômodo: como um país com recursos energéticos tão abundantes apresenta tarifas de eletricidade tão altas? A resposta não está propriamente na geração, na transmissão ou na distribuição da energia, mas no que se "pendura" na fatura.

Estudo realizado anualmente pela PwC em parceria com o Instituto Acende Brasil revela que 44,8% do valor pago na conta de luz é composto por tributos e encargos. Embora a carga tributária sobre a conta de energia tenha apresentado ligeira redução nos últimos anos, os encargos setoriais seguem em escalada desenfreada: entre 1999 e 2024, a participação desses encargos na tarifa saltou de 6,2% para 14,8%.

Esse aumento descontrolado é o reflexo direto de uma persistente "cultura da meia-entrada" no Brasil. Sob o pretexto de fomentar fontes ou subsidiar grupos, instituem-se benefícios que, embora pareçam meritórios isoladamente, têm o efeito colateral de encarecer a fatura de todos os outros usuários.

O Brasil que queremos também se constrói pelo esporte



» MARCO LA PORTA
Presidente do Comitê Olímpico do Brasil (COB)

Quando um brasileiro sobe ao pódio olímpico, o país inteiro comemora. A medalha aparece na televisão, ocupa as redes sociais, emociona famílias e inspira milhões de jovens. Mas existe algo que nem sempre aparece nesse momento: a grande estrutura que existe por trás de cada conquista. Nenhum resultado esportivo nasce apenas do talento individual. Ele nasce de investimento, planejamento, formação, oportunidade e, principalmente, continuidade.

Hoje, mais uma vez, o movimento olímpico brasileiro acompanha com bastante atenção as pautas que estão sendo debatidas em Brasília. Talvez a sociedade não saiba, mas, infelizmente, o orçamento dedicado ao esporte está novamente ameaçado. E, quando isso acontece, não estamos falando de enfraquecer o alto rendimento. O que está em jogo é a preservação de uma das ferramentas sociais mais eficientes que o Brasil possui.

O esporte transforma vidas. E transforma de maneira concreta. Ele atua na educação, melhora indicadores de saúde pública, reduz vulnerabilidade social, gera pertencimento, fortalece comunidades e cria oportunidades para milhares de jovens brasileiros. Há estudos concretos que apontam que cada real de verba pública investida no esporte devolve cerca de R\$ 13 para a sociedade. Poucas áreas conseguem produzir impacto tão amplo.

Quando uma criança encontra no esporte um ambiente seguro para crescer, ela ganha muito mais do que condicionamento físico. Ganha disciplina, convivência, autoestima e perspectiva de futuro. Quando um jovem encontra oportunidade por meio do esporte, toda a sociedade se beneficia.

O movimento olímpico brasileiro forma cidadãos antes dos campeões e, por isso, precisamos olhar com muita responsabilidade para medidas que possam enfraquecer nosso ecossistema esportivo.

A reforma tributária, por exemplo, trouxe preocupação para clubes associativos sem fins lucrativos, históricos formadores de atletas no Brasil. São clubes que mantêm modalidades olímpicas, projetos sociais, estruturas de treinamento e milhares de crianças e jovens em atividade esportiva. A aprovação da primeira etapa do projeto de lei complementar do Regime Especial de Tributação para Associações Desportivas (PLP do Retad) na Câmara dos Deputados, com apoio expressivo de mais de 420 parlamentares, mostrou que existe reconhecimento institucional da importância social e esportiva dessas entidades. O debate agora segue no Senado, juntamente com a PEC 6/2026, que concede mecanismos permanentes de proteção tributária para o setor.

Outro tema sensível é a PEC da Segurança Pública. Obviamente que reconhecemos plenamente a importância de fortalecer a segurança no país. Mas também precisamos compreender que o esporte faz parte dessa solução. A proposta aprovada na Câmara, que está agora no Senado, pode reduzir em cerca de 30% os repasses provenientes das apostas esportivas destinados ao setor esportivo, uma perda estimada em mais de R\$ 500 milhões por ano para atletas, clubes, confederações e projetos sociais.

Há de se ressaltar que esporte e segurança pública não são pautas concorrentes. Uma das premissas do esporte é justamente prevenir a violência, afastar jovens da vulnerabilidade e criar ambientes mais saudáveis para a sociedade.

Também acompanhamos de perto a discussão sobre a tributação de materiais esportivos importados. A Lei Geral do Esporte previa isenção de Imposto de Importação e IPI para esses equipamentos, normalmente muito específicos e que não possuem fabricação nacional. Isso significa que recursos que poderiam estar sendo investidos diretamente em atletas, formação de base e competições acabam comprometidos por despesas adicionais.

É importante deixar claro que o movimento olímpico brasileiro não está pedindo mais dinheiro. Não estamos defendendo privilégios. Estamos lutando para preservar investimentos que existem e hoje ajudam a transformar vidas em todo o país.

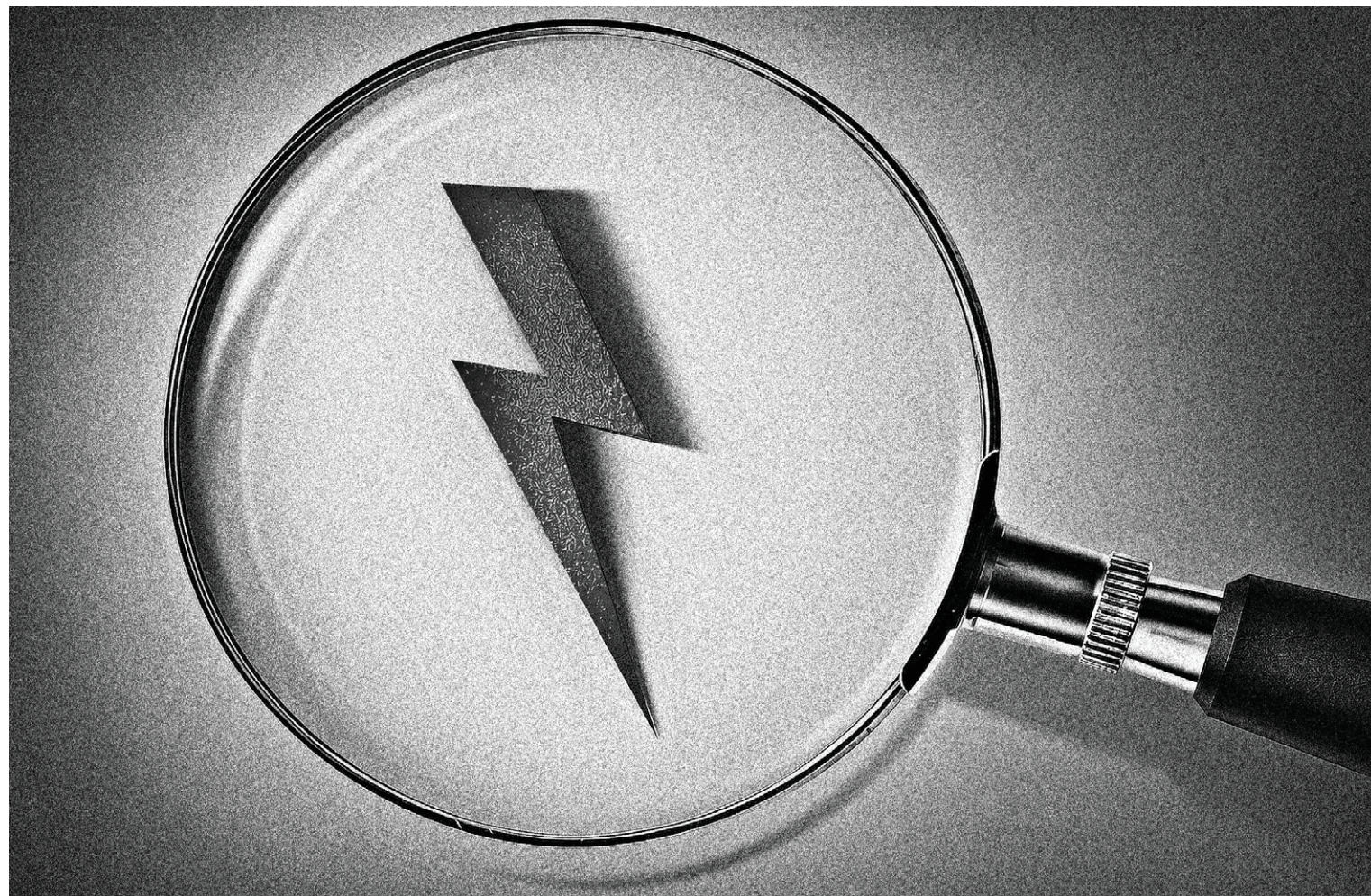
Enfraquecer o esporte significa enfraquecer uma das políticas públicas mais eficientes de inclusão, educação e desenvolvimento social que o Brasil possui.

Desde que assumimos o Comitê Olímpico do Brasil, em 2025, temos defendido a construção de uma verdadeira nação esportiva. E uma nação esportiva não se constrói apenas com medalhas. Ela se constrói ampliando o acesso ao esporte, fortalecendo a base, valorizando clubes, apoiando atletas e criando oportunidades permanentes para as novas gerações.

Nenhuma potência olímpica do mundo chegou ao topo sem investimento contínuo, visão de longo prazo e participação coletiva. O esporte precisa caminhar ao lado do poder público, da iniciativa privada e da sociedade. Como política de estado e permanente.

O Comitê Olímpico do Brasil (COB) segue trabalhando intensamente em Brasília, dialogando com parlamentares, ministérios e diferentes setores institucionais para defender o futuro do esporte brasileiro. E esse não é um compromisso apenas com atletas olímpicos. É um compromisso com milhões de cidadãos que enxergam no esporte uma oportunidade de desenvolvimento, cidadania e transformação.

Defender o esporte é defender oportunidades. É defender educação. É defender saúde. É defender segurança. É defender o futuro do Brasil.



A luta encarniçada contra "houveram"



» WELBER BARRAL
Advogado, doutor em direito internacional pela Universidade de São Paulo (USP)

recentemente diante da televisão. Um renomado âncora de destaque em uma rede televisiva que diz impor padrão, trajando terno italiano, gravata geometricamente alinhada, expressão de quem sabe exatamente onde ficam os Balcãs, anunciou, com a voz firme e o olho fixo para a câmera: "Houveram manifestações violentas na capital".

Naquele instante, algo morreu no idioma. Não foi um erro gramatical, era a quebra de um pacto civilizatório. Quando até guardiões profissionais da língua aderem ao "houveram", mergulhamos oficialmente na barbárie sintática. Sabemos dos argumentos que se levantam, pedindo alguma condescendência para o uso cotidiano da língua. Sim, "a língua evoluiu"; "o uso consagra"; "a gramática é viva." Mas também o mofo evolui biologicamente e nem assim alguém iria sugerir que seja aplicado sobre o parmesão.

O verbo haver, no sentido de existir, é impessoal. Sem sujeito. Não negocia. Não vai a assembleias democráticas. Se não é usado como auxiliar, quando poderia ser substituído pelo verbo "ter" (como em "os brasileiros haverão de respeitar o idioma"), o verbo exige o singular, indiferente às paixões populares. Impõe-se o "houve problemas"; "houve duas guerras mundiais".

"Houveram" prospera, porém, com a resiliência de barata pós-nuclear. Frequenta reuniões de conselho, opina em decisões judiciais, acompanha, regularmente, executivos que dizem pensar fora da caixa. Pense no drama do consultor ligado afetuosamente à gramática. Seja ele minimamente alfabetizado, tem o impulso de corrigir o interlocutor; mas a maturidade ensina prudência.

Corrigir o português de cliente é decisão temerária. Até economicamente. Há muitos praticantes contumazes do "houveram" com invejável liquidez financeira; são capazes de destruir concordâncias verbais armados da tranquilidade com que aprovam — e desaprovam — contratos milionários. Confesso, melancólico, já ter acompanhado, em silêncio estoico, apresentações de futuros signatários de contratos cobichados infectados por "houveram alinhamentos estratégicos". O amor à Última Flor do Lácio abandona a própria dignidade quando é feito refém do fluxo de caixa.

Por tudo isso, movido pela solidariedade e o mais sincero espírito público, trago uma proposta responsável, ponderada: o uso de "houveram" deve ser permitido apenas em caso particular, quando empregado no sentido clássico de "lograr", "conseguir" ou "alcançar", e para enunciar a frase: "houveram de vencer em Corinto, ó bravos espartanos!"

Quem sabe, não seja necessário editar uma lei, apenas disseminar a regra, tão simples: qualquer cidadão poderá usar "houveram", mas apenas no caso de estar vestido com túnica helênica, sob a iluminação precária de um teatro municipal, empunhando uma espada de papelão e declamando algum trecho de tragédia grega.

Se o cidadão, a cidadã, não estiver nessa situação específica, que espero não ser habitual, deve limitar-se, definitivamente, ao uso do "houve" — essa conjugação elegante e singular.

A língua portuguesa e os tímpanos da República haverão de agradecer.

O colapso das civilizações raramente começa de forma dramática. Roma não caiu num único dia. O Império Britânico não se dissolveu rapidamente. A decadência chega devagar, infiltra-se nos detalhes, corrói discretamente os pilares da normalidade. No Brasil contemporâneo, ela começou, indevidamente, com uma epidemia acústica; uma praga verbal que atravessa redações, escritórios, podcasts, salas de reunião e painéis corporativos sobre liderança. Um horror gramatical: a praga do "houveram".

O fenômeno ganhou capilaridade, não distingue classes sociais, profissões ou graus acadêmicos. O flagelo do "houveram" está no elevador corporativo, no LinkedIn motivacional e no comentarista político para quem "houveram cenários complexos". Outro dia, um sujeito de relógio suíço, sapato inglês e um óbvio histórico turbulento com a língua portuguesa afirmava, com convicção absoluta e português duvidoso, que "houveram desafios importantes no trimestre".

"Houveram" faz parte da condição psicológica do sujeito que quer parecer cosmopolita, para apenas ser parvo. O auge da crise ocorreu